
Agenda 21 Local: Autarcas, participação e desenvolvimento sustentável

João Guerra, Joaquim Gil Nave e Luísa Schmidt

Introdução

A Agenda 21 Local (A21L), conceito surgido da Cimeira da Terra do Rio de Janeiro, reafirma a nível local os objectivos e os princípios presentes na *Agenda 21*, programa dinâmico das Nações Unidas, marcado pelo início de uma nova parceria global para o desenvolvimento sustentável (DS). Os protagonistas convocados para esta tarefa são inúmeros: governos centrais, administrações locais, associações, grupos de interesse, ONG e todos os actores sociais que, de alguma forma, partilhem “interesse e preocupação crescente sobre a integração do ambiente e do desenvolvimento [que] conduzirá ao preenchimento de necessidades básicas, a melhores níveis de vida para todos, a ecossistemas mais bem protegidos e geridos e a um futuro mais seguro e próspero” (CNUAD, 1993:13). A A21L constitui, afinal, a implementação num território específico dos objectivos do DS, esperando-se que as autarquias (eleitos e técnicos locais) trabalhem em parceria com todos os actores da comunidade (cidadãos, associações, grupos de interesse...). Neste âmbito, o DS surge como a verdadeira razão de ser de uma A21L, como a finalidade última de um programa de orientação estratégica de acção colectiva, em que o nível de governação local ganha uma importância acrescida pela possibilidade de contacto imediato aos problemas e pela proximidade às populações e a todos os parceiros locais que importa cativar para as causas da sustentabilidade dos respectivos territórios.

Os contornos particularmente exíguos do empenhamento dos autarcas portugueses — malgrado a fluência com que a expressão *desenvolvimento sustentável* tem vindo a ser utilizada nos discursos de uma boa parte destes políticos — contrastam com as dinâmicas de crescimento conseguidas pela generalidade dos nossos parceiros europeus e com a própria vontade das populações. Estes, segundo os resultados dos mais recentes estudos sobre temática ambiental, designadamente os inquéritos *Os Portugueses e o Ambiente* que o Observa lançou em 1997 e 2000 (Almeida, 2000 e 2004), exigem uma actuação empenhada e eficaz dos poderes locais na qualificação e/ou recuperação ambiental do quadro quotidiano e colectivo. Ainda segundo estes inquéritos, quando se pergunta que instituições *deveriam deter* mais influência na vida pública nacional, os inquiridos atribuem, logo após as instituições científicas e de investigação e as universidades que surgem em primeiro plano, um lugar de grande relevo às autarquias e às associações locais, parecendo assim desejar a sua influência reforçada. À medida que o próprio Estado se torna cada vez mais longínquo e europeu, a escala territorial próxima (autarquias, associações) tende a assumir importância redobrada.

Justifica-se, por isso, que se procure recolher informação sobre as principais dificuldades e constrangimentos com que se deparam os autarcas portugueses e conhecer a receptividade, sensibilidade e dinamismo dos primeiros eleitos locais do século XXI na implementação da A21L¹. Isto, no momento em que também se anuncia como inadiável o arranque e a consolidação de um conjunto de medidas de política ambiental decisivas no âmbito do ordenamento do território, da qualidade de vida e do DS.

¹Apresentamos aqui alguns resultados preliminares do projecto *Os Primeiros Autarcas do Séc.XXI – Novas Estratégias Ambientais*, levado a cabo pelo Observa e coordenado por Luísa Schmidt e Joaquim Gil Nave, com financiamento do Instituto do Ambiente e do Programa Ambiente.

1. O sucesso internacional e o fraco desempenho dos municípios portugueses

Porventura, sinal do fechamento dos órgãos autárquicos ao exterior e à comunidade, assinala-se a dificuldade em conseguir a anuência dos autarcas em responder a tal entrevista que, por decisão metodológica pré-estabelecida, não prescinde da presença efectiva e intransmissível dos Presidentes de Câmara, afinal os protagonistas melhor posicionados para liderar o desenvolvimento local. Contactados mais de 200 municípios do continente português, não lográmos mais do que 82 entrevistas. Refira-se ainda que, de entre as recusas, se destaca uma boa parte dos municípios mais populosos situados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Quadro 1 - Amostra de 82 Presidentes de Câmara inquiridos segundo três critérios de selecção e valores de referência no universo (continente)

Regiões NUTs II	Totais				Milhares de Habitantes				Força Política					
	nacionais		Amostra		Totais nacionais		Amostra		nacionais		Amostra			
Norte	86	30,9%	21	25,6%	1 (> 100)	23	8,3%	7	8,5%	PPD-	135	48,6%	36	43,9%
Centro	78	28,1%	18	22,0%	2 (50 - 30)	10,8%	10	12,2%	PS	108	38,8%	29	35,4%	
L.V.Teio	51	18,3%	21	25,6%	3 (25 - 50)	40	14,4%	12	14,6%	PCP	28	10,1%	11	13,4%
Alentejo	47	16,9%	12	14,6%	4 (10 - 25)	93	33,5%	23	28,0%	CDS-PP	2	0,7%	2 *	2,4%
Algarve	16	5,8%	10	12,2%	5 (5 - 10)	68	24,5%	20	24,4%	Independ.	3	1,1%	3	3,7%
Total	278	100,0%	82	100,0%	6 (< 5)	24	8,6%	10	12,2%	BE	1	0,4%	1	1,2%
					Total	278	100,0%	82	100,0%	MPT	1	0,4%	0	0,0%
					Total	278	100,0%	82	100,0%	Total	278	100,0%	82	100,0%

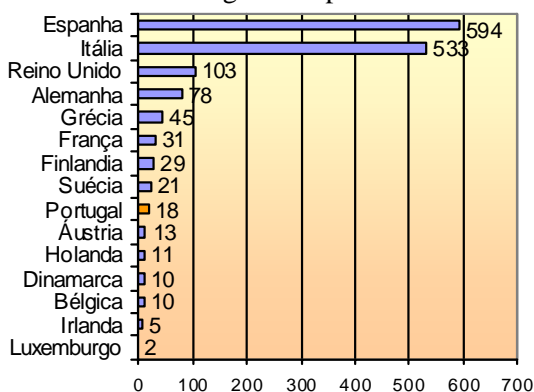
* Tendo recusado a entrevista, os autarcas do CDS-PP foram substituídos por dois eleitos numa coligação

Apesar disso, a nossa insistência junto dos diversos serviços municipais permitiu garantir a representatividade que entendemos ser imprescindível para um bom resultado deste projecto, quer no que diz respeito às regiões do continente (NUTS II), quer no que diz respeito à dimensão dos municípios (número de habitantes), quer, ainda, no que diz respeito às forças políticas no poder.

Em Portugal, as dificuldades de implementação de processos locais de DS que, de alguma forma, se possam designar como A21L, ter-se-ão delineado, desde logo, na fraca adesão das autarquias portuguesas aos eventos internacionais de promoção e divulgação deste tipo de questões. Como se refere num trabalho do IST/CESUR, “só um número muito reduzido de Câmaras Municipais portuguesas participou num dos encontros preparatórios para a conferência do Rio sobre problemas ambientais a nível local, realizada alguns dias antes do evento em Curitiba, bem como na Segunda Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, realizada em Outubro de 96 em Lisboa, onde pouco mais de 10% dos municípios portugueses estiveram representados” (Silva *et al.*, 1999: 118). Acrescente-se, para além disso, e ainda segundo os mesmos autores, que apenas quatro das trinta e seis representações nacionais na Conferência de Lisboa apresentaram uma comunicação sobre os temas em discussão².

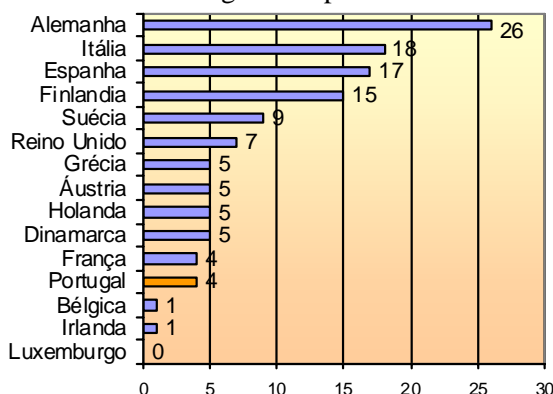
² Na última Conferência das Nações Unidas (Joanesburgo), a presença dos municípios portugueses também não foi expressiva. Só os municípios de Almada e Oeiras estiveram representados (contando, no caso de Almada, com a participação da própria Presidente da Câmara).

Gráfico 1 –
Signatários da Carta de Aalborg na Europa,
segundo o país



Fonte: www.Sustainable-cities-share.org
Campanha Europeia de Cidades
e Vilas Sustentáveis

Gráfico 2 –
Membros do ICLEI na Europa,
segundo o país

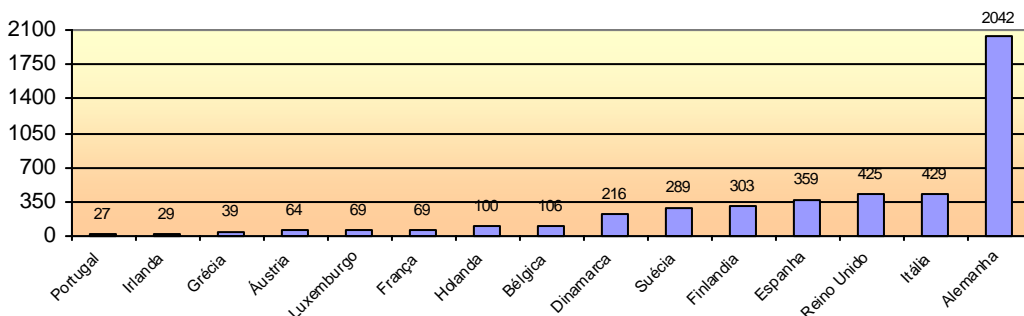


Fonte: www.iclei.org
International Council for
Local Environmental Initiatives

A inexistência de uma estratégia de implementação nacional, que torne mais claros os caminhos a delinear e os objectivos do desenvolvimento local sustentável, conjuga-se com o défice de participação cívica e de democracia participativa (Cabral, 2000; Barreto, 2002) e com a dependência económico-financeira das autoridades locais, revelando-se estes factores, decisivos para a débil evolução verificada em Portugal no que poderíamos designar por “territorialização da sustentabilidade”.

Os números expostos nos gráficos 1 e 2 serão um bom indicativo do empenhamento dos municípios portugueses para com a sustentabilidade local e as redes europeias que vão surgindo para a incrementar, nomeadamente a *Rede Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis* (signatários da Carta de Aalborg) e o ICLEI- International Council for Local Environmental Initiatives, associação internacional de autoridades/ governos locais para a implementação do DS. Se, em comparação com os actuais parceiros da União Europeia, a posição portuguesa na adesão a estas redes de sustentabilidade local não é notável, como se constata no gráfico 3, a situação não melhora quando comparados o número de *A21L* elencadas³ no inquérito levado a cabo pelo ICLEI (2002).

Gráfico 3 – Agendas 21 locais em curso ou em preparação, segundo o II Inquérito do ICLEI



Fonte: www.iclei.org/rioplusten/final_document.pdf - Second Local Agenda 21 Survey (ICLEI, 2002)

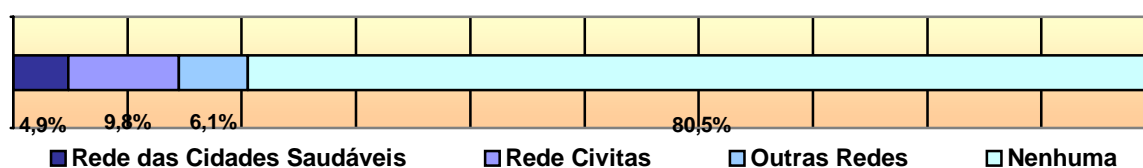
De facto, de entre os quinze estados da U.E., o ICLEI recenseou em Portugal o menor número de A21L. Apenas 27 casos (menos de 10% dos municípios) poderiam incluir-se dentro

³ Apesar de poderem indiciar o empenhamento municipal nas questões do Desenvolvimento Sustentável, a integração como membro do ICLEI ou da Rede Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis não inclui, nem exclui a hipótese de promover uma Agenda 21 Local.

dos parâmetros de uma A21L. Sendo incontornável o fraco envolvimento dos municípios portugueses neste processo, as diferentes realidades administrativas relativizam um pouco estas discrepâncias. Na Alemanha, o país onde mais casos foram recenseados, o número de municípios envolvidos chega aos 2.042, mas tal corresponde apenas a 12% do total dos municípios alemães. Já na Suécia, os registos foram de 289, o que cobre, no entanto, a quase totalidade do território sueco (ICLEI, 2002).

Em Portugal, o panorama surge pouco animador em qualquer dos casos. No inquérito do Observa, à pergunta “O seu município faz parte de alguma rede ou organização de DS, A21L ou rede similar, Quais?”, os Presidentes de Câmara inquiridos não foram muito pródigos em respostas positivas.

Gráfico 4 - Pertença a redes de municípios para o Desenvolvimento Sustentável, segundo as respostas dos Presidentes de Câmara inquiridos



Se descontarmos os 6,1% de respostas que referem “outras redes” (normalmente associações generalistas regionais de municípios), pouco menos de 15% dos Presidentes de Câmara inquiridos refere pertencer a uma rede dedicada especificamente à promoção do DS. Esta perspectiva minimalista não melhora se confrontada com as respostas de alguns informantes privilegiados. Segundo a estimativa de Aristides Leitão⁴ (CNADS), em 2002 não mais de 18 processos se mantêm em condições de poder ser considerados dentro dos parâmetros mínimos de uma A21L ou DS. Nuno Quental, por outro lado, defende no sítio da NATURLINK⁵ que “em Portugal [...] não se passou ainda da dezena. Contudo, nem este valor devia ser citado, visto que em alguns casos as Agendas mal se iniciaram, ou foram interrompidas a meio”.

João Farinha e Lia Vasconcelos (CIVITAS - FCT/UNL), por seu turno, não conseguem inventariar (ainda assim com ‘muita boa vontade’) mais que meia dúzia de casos que cumpram, razoavelmente, os parâmetros mínimos da A21L⁶. Essa realidade terá forçado a equipa liderada por estes dois investigadores a optar, na campanha de fomento à participação que têm vindo a levar a efeito, “por uma versão que responde mais adequadamente à realidade nacional — os Planos Municipais de Ambiente (PMA)” (Vasconcelos, 2001: 8).

Finalmente, Nunes da Silva (IST/CESUR) reforça esta ideia, afirmando que, sendo rigoroso, nenhum projecto de qualquer dos municípios portugueses poderia considerar-se cumpridor dos parâmetros previstos para uma A21L⁷. Esta é, aliás, a ideia que prevalecia nos finais de 2003, entre a própria equipa do Instituto do Ambiente incumbida de avaliar em que ponto e de que forma decorre (ou não) a implementação da A21L.

⁴ Entrevista, em 18 de Julho de 2002, nas instalações do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Lisboa.

⁵ www.naturlink.pt/canais/artigo.asp?!artigo=9269&ilingua=1

⁶ Entrevista em 6 de Novembro de 2002, nas instalações da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa, Monte da Caparica.

⁷ Entrevista em 13 de Dezembro de 2002, nas instalações do Instituto Superior Técnico, Lisboa.

Seja como for, em Portugal, a falta de um programa Nacional de incentivo e de enquadramento deste tipo de projectos e alguma incapacidade demonstrada pelos municípios, implicou, como referiu Nunes da Silva, que os projectos em curso se ficassem pela inventariação de problemas, invariavelmente, enfrentados de forma sectorial.

2. Resultados do inquérito: Algumas especificidades do caso português

O atraso estrutural da sociedade portuguesa em matéria ambiental — onde ainda não se resolveram sequer os problemas de primeira geração — parecer ser determinante no arranque tardio e pouco coeso deste tipo de políticas integradas. De facto, nas respostas espontâneas dos Presidentes de Câmara inquiridos a duas perguntas abertas sobre os problemas que lhe mereciam maior atenção e quais os problemas ambientais mais urgentes no município, a presença esmagadora de problemas de primeira geração é elucidativa. Alguns deles, como é o caso do saneamento básico e do abastecimento de água surgem com frequências importantes na resposta às duas perguntas.

Gráfico 5

Problemas que merecem maior atenção

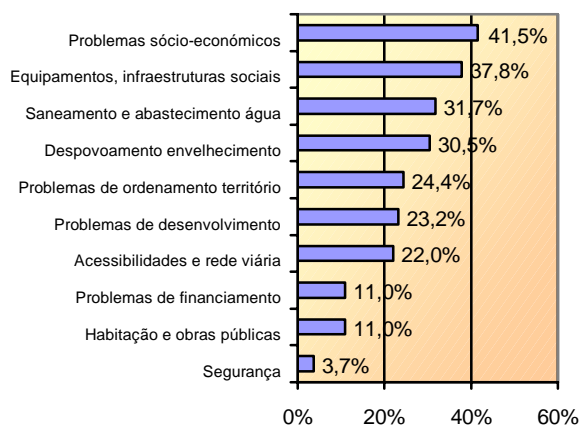
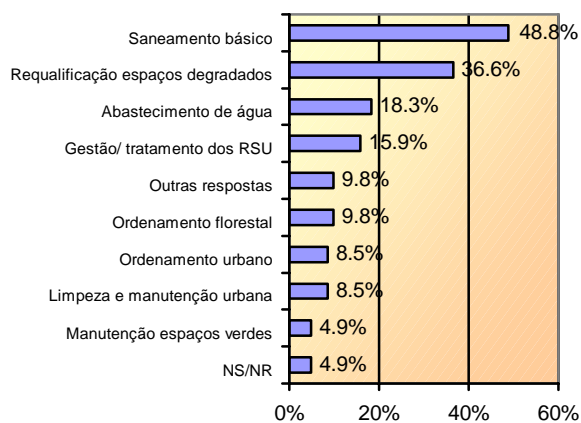


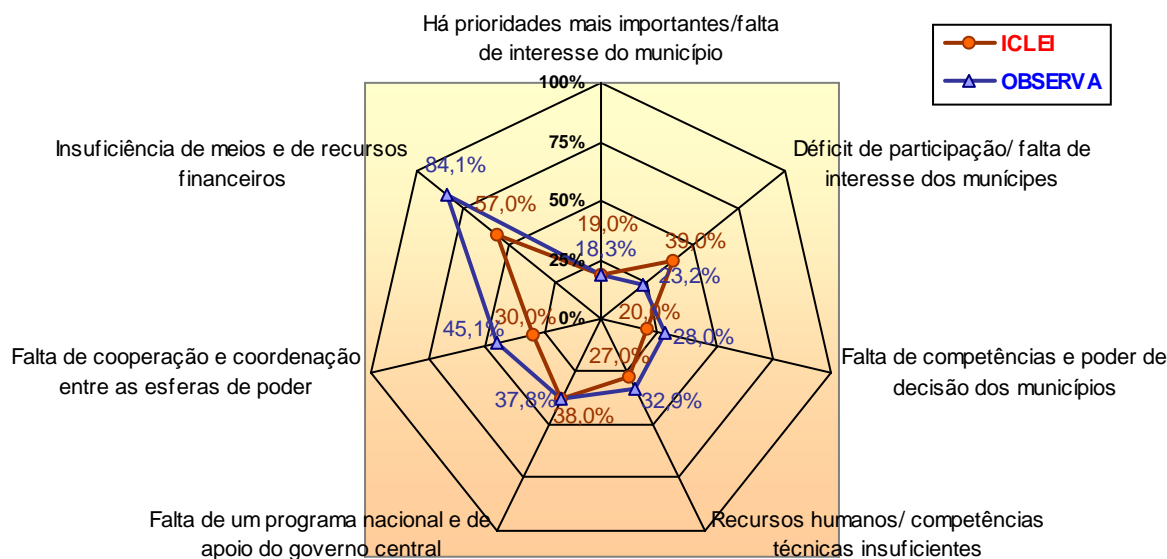
Gráfico 6

Problemas ambientais mais urgentes



Não será de espantar, portanto, que o fraco interesse dos autarcas e técnicos locais em processos que, para muitos, se mostram ainda uma incógnita, seja comum a outros contextos sociais que partilham os mesmos níveis de insuficiências estruturais e de afirmação da democracia participativa, correspondendo, *grosso modo*, aos constrangimentos mais referidos no inquérito do ICLEI. O gráfico 7 deixa clara a sintonia entre as dificuldades sentidas pelos autarcas portugueses e as dificuldades declaradas pelos respondentes ao inquérito internacional do ICLEI.

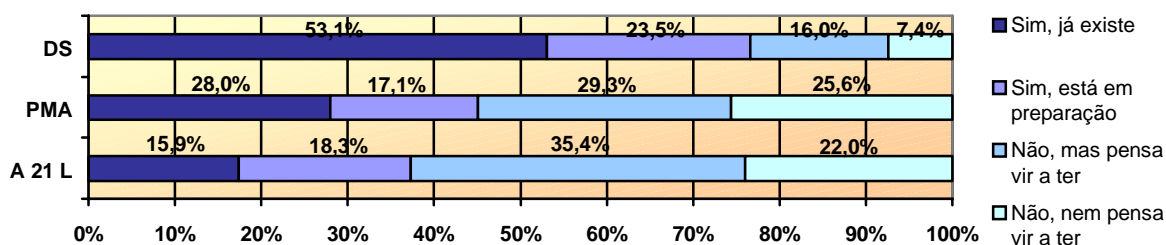
Gráfico 7 – Principais dificuldades na implementação do Desenvolvimento Sustentável, segundo as repostas aos inquéritos do ICLEI e do Observa



A grande excepção é o “Déficit de participação/ falta de interesse dos municípios” que se destaca como a única categoria mais referida entre os inquiridos do ICLEI. (39% contra 23,2% no inquérito do Observa). As restantes categorias seleccionadas, ou assumem percentagens semelhantes nos dois inquéritos (e.g., “Há prioridades mais importantes/ falta de interesse do município” e “Falta de um programa nacional e de apoio do governo central”) ou alcançam maiores frequências entre os Presidentes de Câmara inquiridos pelo Observa.

Se pensarmos que, para além da participação e das prioridades locais, que dependerão sobretudo de opções e de características locais, todas as restantes questões se poderiam relacionar com a inexistência de recursos e capacidades (financeiras, técnicas e humanas), torna-se clara a necessidade de um programa nacional de apoio à implementação da sustentabilidade local. Uma estrutura que, não pondo em causa a iniciativa das autoridades locais, possa garantir o acesso a meios e recursos que, como vimos, estão longe de se limitar às questões do financiamento. Passarão, em boa parte, pela capacidade de implementar este tipo de políticas integradas e participativas em territórios que, em muitos casos, se confrontam ainda com problemas de primeira geração, como o saneamento básico e o abastecimento de água, e onde grassam dificuldades sócio-económicas a que se juntam os problemas estruturais de desqualificação técnica, de analfabetismo, do envelhecimento da população, etc.

Gráfico 8 – Existência de Agendas 21 Locais, Planos Municipais de Ambiente ou outro tipo de processos de Desenvolvimento Sustentável, segundo os inquiridos



Indagando os Presidentes de Câmara sobre a existência de processos em curso, ou em preparação de DS, A21L ou PMA, as respostas voltam a confirmar o panorama minimalista em que nos encontramos, sobretudo se levarmos em conta a relativa indefinição de alguns destes conceitos, permitindo respostas dificilmente comprováveis no terreno. Talvez isso ajude a explicar a razão pela qual 54,9% ainda não tem um PMA implementado, nem sequer em preparação mas, simultaneamente, 76,6% afirma estar já a decorrer ou em preparação no seu município um processo (indefinido) de DS. Seja pelo politicamente correcto, seja pela pressão dos munícipes, seja pela genuína vontade de enveredar por formas de DS, poucos recusam liminarmente esta ideia que é, aliás, a mais genérica das formas sugeridas pela pergunta do inquérito e, simultaneamente, a que de longe consegue maior número de respostas positivas. Contra os 76,6% de autarcas inquiridos que declara estar em curso ou em preparação algum processo de DS, registam-se apenas 45,1% que afirma o mesmo para os PMA e 34,2% para as A21L.

3. Da abertura dos discursos à exiguidade das práticas

A quase inexistência de A21L implementadas impõe-se, levando-nos a admitir o uso menos rigoroso do conceito de sustentabilidade e mostra, sem ambiguidades, que a realidade é ainda menos animadora. A situação, aliás, já é herdada de contextos anteriores e repercutiu-se nos processos de elaboração dos PDM de primeira e segunda geração⁸. Como refere Fernando Nunes da Silva, “sem que exista qualquer estratégia global para o sector do ambiente numa perspectiva de DS [...] muitos dos princípios constantes nas orientações comunitárias sobre a matéria aparecem incipientemente incorporados em alguns PDM ou em acções pontuais desenvolvidas pelo poder local” (Silva *et al*, 1999: 126). Vejamos então que papel declaram os autarcas estar dispostos a reservar à participação das populações nos processos de tomada de decisão e que envolvimento popular estão, ou estiveram, dispostos a integrar nos processos de elaboração e/ou revisão dos PDM.

Gráfico 9
Papel reservado à população
nos processos de tomada de decisão

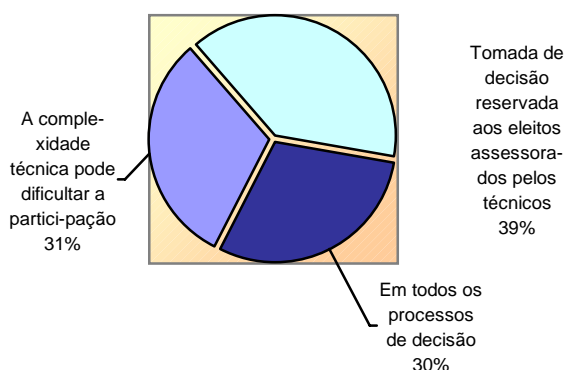
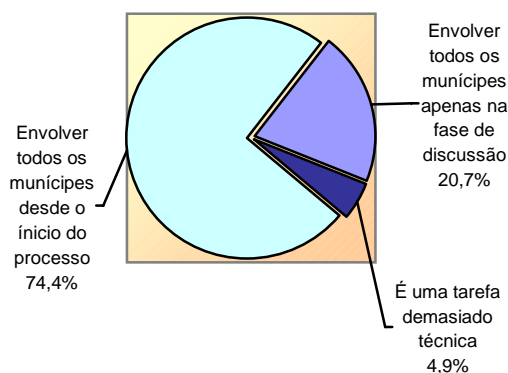


Gráfico 10
Envolvimento da população
no processo de revisão do PDM

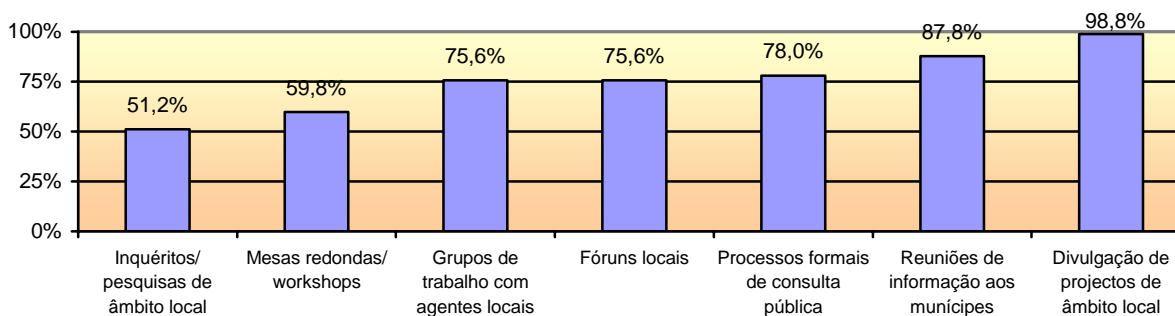


⁸ Em 1997, no inquérito do Observa à população portuguesa, apenas 26% dos inquiridos conseguiu seleccionar a definição correcta de PDM (Almeida, 2000).

Como se constata no gráfico 9, apenas 30% dos autarcas inquiridos aceita a participação das populações sem reservas, 31% pensa que a complexidade das matérias podem impedir ou dificultar a participação e quase 40% acha que os processos de tomada de decisão devem ser reservados aos autarcas eleitos para esse fim que, para o efeito, contarão com as assessorias técnicas necessárias. Já o gráfico 10 nos aponta soluções de sinal contrário. Apesar do panorama acanhado traçado por vários especialistas na matéria⁹, 74,4% dos Presidentes de Câmara inquiridos admitem aceitar o envolvimento da população desde o início do processo de revisão do PDM, 20,7% aceita-o, mas apenas na fase de discussão e não chegam a 5% os que sentem a revisão dos PDM como tarefa demasiado técnica para envolver a população.

Quando questionados sobre que instrumentos já usaram para promover o envolvimento e a participação das populações, os autarcas inquiridos declaram altos níveis de execução na generalidade dos instrumentos propostos. Com efeito, de acordo com o gráfico 11, apenas os “inquéritos/pesquisas de âmbito local” e as “mesas redondas/workshops” ficam abaixo dos 75% de respostas positivas. Ainda que, nalguns casos, não levados a termo nas práticas quotidianas de governação local, a participação e o envolvimento das populações são algo que, definitivamente, parece ter adquirido um estatuto indeclinável que dificilmente permite a contestação clara da sua validade democrática e legitimadora.

Gráfico 11 –Instrumentos de envolvimento e participação pública já usados nos processos de cariz ambiental e/ou de Desenvolvimento Sustentável



Procurando aprofundar um pouco mais as questões das estratégias de governação local e da sustentabilidade, tentámos perceber como se posicionam os autarcas entre duas apostas extremas de governação local.

⁹ Ver, entre outros, os já citados Nunes da Silva, Lia Vasconcelos e João Farinha que, no âmbito do CESUR/IST, W TEAM UP e Rede CIVITAS, têm vindo a desenvolver vários projectos nesta área.

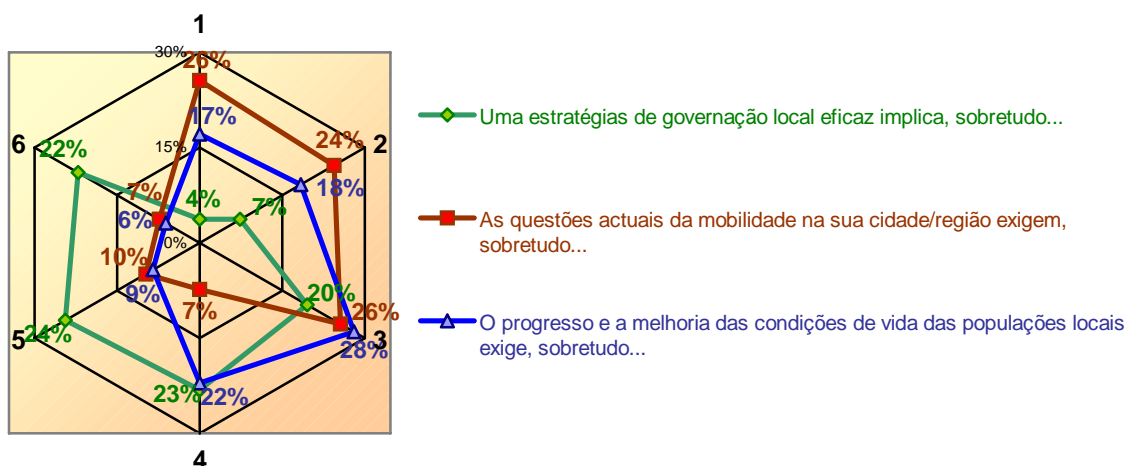
Quadro 2 - Estratégias de governação local, duas abordagens para o desenvolvimento

1 – Uma estratégia de governação local eficaz implica, sobretudo...

Modelos de gestão autárquica baseados em estratégias delineadas pelo executivo camarário e assessorias técnicas	Média = 4,23 Mediana = 4,00 Moda = 5	Modelos de gestão autárquica que apostem no envolvimento e participação dos cidadãos e em parcerias com os actores locais.
<i>2 – As questões actuais da mobilidade na sua cidade / região exigem, sobretudo...</i>		
Medidas que passarão por uma melhoria das infra-estruturas: estradas, pontes, viadutos, reordenamento do trânsito, estacionamento.	Média = 2,73 Mediana = 2,50 Moda = 1 e 3	medidas que passarão pela implementação de “zonas livres de automóveis” e por incentivos ao uso de transportes colectivos.
<i>3 – O progresso e a melhoria das condições de vida das populações locais exige, sobretudo,...</i>		
Modelo de desenvolvimento que dê prioridade ao crescimento económico e à criação de emprego.	Média = 3,05 Mediana = 3,00 Moda = 3	Modelo de desenvolvimento que dê prioridade à preservação e melhoria das condições ambientais.

Os autarcas inquiridos foram, assim, convidados a posicionar-se num contínuo em que 1 corresponde à postura mais próxima dos valores de crescimento e progresso económico-tecnológico e 6 corresponde à postura mais próxima dos valores da democracia participativa e do DS). Eventualmente complementares e, portanto, não absolutamente inconciliáveis, os três pares de afirmações constantes na escala (que admite posições intermédias) representam, no limite, duas abordagens antagónicas de enfrentar a administração e os problemas de sustentabilidade local. Os resultados mostram, no entanto, que os Presidentes de Câmara inquiridos evitam as posições extremas, preferindo, em qualquer dos pares de afirmações em oposição, posições moderadas como fica patente nas médias obtidas (4,23 nos modelos de gestão autárquica; 3,05 nos modelos de desenvolvimento e 2,73 nas questões de mobilidade). Ainda assim, com tendências algo divergentes como fica patente no gráfico 12.

Gráfico 12 - Opções de estratégia para o desenvolvimento local



Com efeito, percebem-se três distribuições com tendências distintas a que não serão alheios os já referidos problemas estruturais da sociedade portuguesa. Posicionando-se nos níveis mais baixos da escala (1 com 26%, 2 com 24% e 3 com 26%) é nas questões da mobilidade que os Presidentes de Câmara inquiridos se mostram menos abertos aos valores do DS, assumindo maioritariamente como primeira opção para resolver este tipo de problemas, o investimento em infra-estruturas e em medidas de ordenamento do trânsito. Já no que respeita às opções para promover o progresso e a melhoria de condições de vida das populações, os autarcas inquiridos, não largando o crescimento económico e a criação de emprego como prioridade (nível 1 com 17%, nível 2 com 18% e nível 3 com 28%) alargam o leque de opções mais frequentes às questões de preservação ambiental (nível 4 com 22%).

Mais uma vez, apesar do crónico défice de participação cívica da sociedade portuguesa (Cabral, 2000; Barreto, 2002), da tendência centralista e pouco aberta à interacção com os cidadãos da administração pública em geral (Vasconcelos, 2001) é, precisamente, nas questões da participação e envolvimento popular, que os Presidentes de Câmara inquiridos mostram maior abertura para com o que poderíamos chamar “valores do DS e da democracia participativa”. Neste caso os autarcas repartem-se, sobretudo, pelos níveis 3 (20%), 4 (23%), 5 (24%) e 6 (22%). Tal como o unanimismo que se apossou dos valores do DS, contribuindo para alguma ineficácia nas práticas e, sobretudo, uma maior ambiguidade nos significados e objectivos, os valores da democracia participativa aparecem fluentes nos discursos e nas declarações destes autarcas. Ora, por exemplo, os primeiros anos de vigência da *Lei de Acesso aos Documentos Administrativos* (Lei 65/93), como refere Castro Martins no sítio da CADA, “encontraram uma Administração Pública em certa medida desconhecadora de todo o alcance da sua normação e confrontada com a ruptura de uma praxe ancestral; e cidadãos em grande percentagem ignorantes do seu direito ou de como exercê-lo”¹⁰.

Assumindo que as dificuldades em mudar rotinas e procedimentos ultrapassam os próprios autarcas, disseminando-se pelos serviços públicos em geral, a anuência dos Presidentes de Câmara para com as questões da participação e envolvimento das populações e do DS em geral (no que diz respeito aos resultados aqui apresentados, ao nível dos discursos, mas podendo indiciar uma vontade de mudança mais substantiva nas práticas quotidianas de governação local), é algo que não deveria ser desperdiçado. Sem um programa nacional de políticas concertadas e integradas que permita desenvolver capacidades técnicas, disseminar informação, providenciar recursos técnicos e

¹⁰ Declarações do presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), disponíveis no sítio <http://www.cada.pt/paginas/acessodoc.html>

financeiros ou delinear objectivos globais que possam servir de guia e de referência a projectos participados de sustentabilidade local dificilmente poderemos esperar o sucesso desejado por todos (a avaliar pelos discursos) na implementação de A21L ou outro tipo de abordagens participativas de DS.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, João Ferreira de (Org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta.
- ALMEIDA, João Ferreira de (Org.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta.
- BARRETO, António (2002), “A participação cívica e política e a evolução da sociedade portuguesa”, in AAVV, *O Estado e o Cidadão: Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais (2 a 7 de Julho de 2001)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Vol. 1, pp. 45-60.
- CABRAL, Manuel Villaverde (2000), “O exercício da cidadania política em Portugal”, in Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e João Freire (Orgs.), *Atitudes Sociais dos portugueses – Trabalho e Cidadania*, Lisboa, ICS/ISSP, pp. 123-162.
- CNUAD (1993), *Agenda 21 – Documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, Junho de 1992* (Versão portuguesa), Lisboa, IPAMB.
- ICLEI (2002), *Second Local Agenda 21 Survey*, New York, United Nations Secretariat for the World Summit on Sustainable Development / International Council for Local Environmental Initiatives, http://www.iclei.org/rioplusten/final_document.pdf.
- SILVA, Fernando Nunes da, *et al.* (1999), “A Agenda Local 21 e os municípios portugueses: um casamento difícil”, *Revista Sociedade e Território*, nº 29, pp. 117-127.
- SILVA, Fernando Nunes da, e Vera Aroeira Gonçalves (2002), *Agenda 21 Local: Inquérito Elaborado aos Municípios Portugueses (Relatório Preliminar)*, Monte da Caparica, IST/CESUR.
- VASCONCELOS, Lia T. (2001), *Institutional Capacity Building in Local Environmental Planning*, Paper ACSP, Nov 8-11, Cleveland, Ohio, USA.